

Coleção  
PERSPECTIVAS DO HOMEM  
Volume 48  
Série Filosofia

Direção de MOACYR FELIX

ANTONIO GRAMSCI

---

---

# Os Intelectuais e a Organização da Cultura

---

---

*Tradução de*  
CARLOS NELSON COUTINHO

4.<sup>a</sup> edição



civilização  
brasileira

Titulo do original italiano:  
**GLI INTELLETTUALI E L'ORGANIZZAZIONE**  
DELLA CULTURA

*Do Autor, publicados por  
esta Editora:*  
CONCEPÇÃO DIALÉTICA DA HISTÓRIA  
CARTAS DO CÁRCERE  
MAQUTAVEL, A POLÍTICA E O ESTADO MODERNO  
LITERATURA E VIDA NACIONAL

*Desenho de capa:*  
MARIUS LAURITZEN BERN

*Diagramação e Supervisão gráfica:*  
ROBERTO PONTUAL

Direitos para a língua portuguesa adquiridos pela  
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.  
Rua Muniz Barreto, 91-93 — Botafogo  
Rio de Janeiro — RJ  
que se reserva a propriedade desta tradução

**1982**

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

## Índice

---

### I. CONTRIBUIÇÕES PARA UMA HISTÓRIA DOS INTELLECTUAIS

A Formação dos Intelectuais 3  
Notas **Esparsas**  
    Função Cosmopolita dos Intelectuais Italianos 25  
    Intelectuais Italianos no Exterior 67  
    Europa, América, Mía 81

### II. A ORGANIZAÇÃO DA CULTURA

A Organização da Escola e da Cultura 117  
Para a Investigação do Princípio Educativo 129  
Notas Esparsas 141

### III. JORNALISMO 161

IV. APÊNDICE  
Lorianisnlo 207

Índice Onomástico 239

I

---

Contribuições para uma  
História dos Intelectuais

## A Formação dos Intelectuais

---

OS INTELLECTUAIS constituem um grupo social autônomo e independente, ou cada grupo social possui sua própria categoria especializada de intelectuais? O problema é complexo por causa das várias formas que, até nossos dias, assumiu o processo histórico real de formação das diversas categorias intelectuais.

As mais importantes destas formas são duas:

1) Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de

um novo direito, etc., etc. Deve-se anotar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas ainda em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens: deve ser um organizador da "confiança" dos que investem em sua fábrica, dos compradores de sua mercadoria, etc.).

Os empresários -- se não todos, pelo menos uma elite deles -- devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe: ou, pelo menos, devem possuir a capacidade de escolher os "prepostos" (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica. Pode-se observar que os intelectuais "orgânicos", que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são, no mais das vezes, "especializações" de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz.<sup>1</sup>

Também os senhores feudais eram detentores de uma particular capacidade técnica, a militar, e é precisamente a partir do momento em que a aristocracia perde o monopólio desta capacidade técnico-militar que se inicia a crise do feudalismo. Mas a formação dos intelectuais no mundo feudal e no mundo clássico precedente é uma questão que deve ser examinada à parte: esta formação e elaboração segue caminhos e modos que é preciso estudar concretamente. Assim,

<sup>1</sup> *Os Elementos de Ciência Política*, de Mosca (nova edição aumentada, 1923), devem ser examinados para esta rubrica. A chamada "classe política" de Mosca não é mais do que a categoria intelectual do grupo social dominante: o conceito de "classe política" de Mosca deve se avizinhar ao conceito de elite de Pareto, que é uma outra tentativa de interpretar o fenômeno histórico dos intelectuais e sua função na vida estatal e social. O livro de Mosca é um enorme calhamaço de caráter sociológico e positivista, com a tendenciosidade da política imediata, ademais, o que o torna menos indigesto e literariamente mais vivo.

cabe observar que a massa dos camponeses, ainda que desenvolvesse uma função essencial no mundo da produção, não elabora seus próprios intelectuais "orgânicos" e não "assimila" nenhuma camada de intelectuais "tradicionais", embora outros grupos sociais extraíam da massa dos camponeses muitos de seus intelectuais e grande parte dos intelectuais tradicionais seja de origem camponesa.

2) Cada grupo social "essencial", contudo, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou -- pelo menos na história que se desenrolou até aos nossos dias -- categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas.

A mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos, que monopolizaram durante muito tempo (numa inteira fase histórica que é parcialmente caracterizada, aliás, por este monopólio) alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, através da escola, da instrução, da moral, da justiça, da beneficência, da assistência, etc. A categoria dos eclesiásticos pode ser considerada como a categoria intelectual organicamente ligada à aristocracia fundiária: era juridicamente equiparada à aristocracia, com a qual dividia o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios estatais ligados à propriedade.<sup>2</sup> Mas o monopólio das superestruturas por parte dos

<sup>2</sup> Para o estudo de uma categoria desses intelectuais, a mais importante, talvez, depois da "eclesiástica", pelo prestígio e pela função social desenvolvida nas sociedades primitivas -- a categoria dos médicos em sentido lato, isto é, de todos aqueles que lutam ou parecem lutar contra a morte e as doenças -- para isso, dever-se-é consultar a *História da Medicina*, de Anrama CASNERON. Recorde-se que houve conexão entre a religião e a medicina e que esta conexão continua ainda a existir, em certas zonas: hospitais na mão de religiosos no que toca a certas funções de organização, além do fato de que, onde aparece o médico, aparece o padre (exorcismo, assistência de vários tipos, etc.). -- Muitas grandes figuras religiosas eram também, e foram concebidas, como grandes "terapeutas": a idéia do milagre que chegou até à ressurreição dos mortos. Durante muito tempo, permaneceu a crença de que os reis curavam pela colocação das mãos, etc.

eclesiásticos' não foi exercido sem luta e sem limitações; e nasceram, conseqüentemente, em várias formas (que devem ser pesquisadas e estudadas concretamente), outras categorias, favorecidas e ampliadas á medida em que se reforçava o poder central do monarca, até chegar ao absolutismo. Assim, foi-se formando a aristocracia togada, com seus próprios privilégios, bem como uma camada de administradores, etc.; e também cientistas, teóricos, filósofos não eclesiásticos, etc.

Dado que estas várias categorias de intelectuais tradicionais sentem com "espírito de gripe" sua ininterrupta continuidade histórica e sua "qualificação", eles consideram a si mesmos como sendo autônomos e independentes do grupo social dominante. Esta autocolocação não deixa de ter conseqüências de grande importância no campo ideológico e político: toda a filosofia idealista pode ser facilmente relacionada com esta posição assumida pelo complexo social dos intelectuais e pode ser definida como a expressão desta utopia social segundo a qual os intelectuais ardeitam ser "independentes", autônomos, revestidos de características próprias, etc.

Deve-se notar, porém, que se o Papa e a alta hierarquia da Igreja se crêm mais ligados a Cristo e aos apóstolos do que aos senadores Agnelli e Benni, o mesmo não ocorre com Gentile e Croce, por exemplo; Croce, notadamente, sente-se fortemente ligado a Aristóteles e a Platão, mas não esconde que esteja ligado aos senadores Agnelli e Benni; precisamente nisto deve ser procurada a característica mais marcada da filosofia de Croce.

Quais são os limites "máximos" da acepção de "intelectual"? É possível encontrar um critério unitário para caracterizar igualmente todas as diversas e variadas atividades intelectuais e para distingui-las, ao mesmo tempo e de modo essencial, dos outros agrupamentos sociais? O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, consiste em se ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco ás ati-

<sup>s</sup> Disso nasceu a acepção geral de "intelectual" ou de "especialista", a partir da palavra "clérigo", em muitas línguas de origem neolatina ou fortemente influenciadas, através do latim eclesiástico; pelas línguas neolatinas, com seu correlativo de "laico" no sentido de profano, de não-especialista.

vidades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais. Na verdade, o operário ou proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais (sem falar no fato de que não existe trabalho puramente físico e de que mesmo a expressão de Taylor, "gorila amestrado", é uma metáfora para indicar um limite numa certa direção: em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora). E já se observou que o empresário, pela sua própria função, deve possuir em certa medida algumas qualificações de caráter intelectual, se bem que sua figura social seja determinada não por elas, mas pelas relações sociais que caracterizam efetivamente a posição do empresário na indústria.

Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais.\*

Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão-somente á imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais. Mas a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso, existem graus diversos de atividade específica intelectual. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo *faber* do homo *sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um "filósofo", um artista, um homem de gosto, participa de uma

<sup>4</sup> Do mesmo modo, pelo fato de que alguém possa em determinado momento fritar dois ovos ou costurar um buraco do paletó, não quer dizer que todo mundo seja cozinheiro ou alfaiate.

concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar.

O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo **equilíbrio** e conseguindo-se que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo. C) tipo tradicional e vulgarizado do intelectual é fornecido pelo literato, pelo filósofo, pelo artista. Por isso, os jornalistas — que crêem ser literatos, filósofos, artistas — crêem também ser os "verdadeiros" intelectuais. No mundo moderno, a educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo e desqualificado, deve constituir a base do novo tipo de intelectual.

Neste sentido trabalhou o semanário *Ordine Nuovo*,<sup>6</sup> visando a desenvolver certas formas de novo intelectualismo e a determinar seus novos conceitos; e essa não foi uma das razões menores de seu êxito, pois uma tal colocação correspondia a aspirações latentes e era adequada ao desenvolvimento das formas reais de vida. O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, "persuasor permanente", já que não apenas orador puro — e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece "especialista" e não se chega a "dirigente" (especialista mais político).

Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente em

6. Trata-se de um periódico socialista, de cuja seção turinesa Gramsci foi redator (Nota do Tradutor).

conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. Uma das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista "ideológica" dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos.

O enorme desenvolvimento alcançado pela atividade e pela organização escolar (em sentido lato) nas sociedades que surgiram do mundo medieval indica a importância assumida no mundo moderno pelas categorias e funções intelectuais: assim como se buscou aprofundar e ampliar a "intelectualidade" de cada indivíduo, buscou-se igualmente multiplicar as especializações e aperfeiçoá-las. Este o resultado das instituições escolares de graus diversos, inclusive dos organismos que visam a promover a chamada "alta cultura", em todos os campos da ciência e da técnica.

A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a "área" escolar e quanto mais numerosos forem os "graus" "verticais" da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado. Pode-se ter um termo de comparação na esfera da técnica industrial: a industrialização de um país se mede pela sua capacidade de construir máquinas que construam máquinas e na fabricação de instrumentos cada vez mais precisos para construir máquinas e instrumentos que construam máquinas, etc. O país que possui a melhor capacitação para construir instrumentos para os laboratórios dos cientistas e para construir instrumentos que fabriquem estes instrumentos, este país pode ser considerado o mais complexo no campo técnico-industrial, o mais civilizado, etc. Do mesmo modo ocorrerá na preparação dos intelectuais e nas escolas destinadas a tal preparação; escolas e instituições de alta cultura são similares. Neste campo, igualmente, a quantidade não pode ser destacada da qualidade. A mais refinada especialização técnico-cultural, não pode deixar de cor-

responder a maior ampliação possível da difusão da instrução primária e a maior solicitude no favorecimento dos graus intermediários ao maior número. Naturalmente, esta necessidade de criar a mais ampla base possível para a seleção e elaboração das mais altas qualificações intelectuais — ou seja, de dar à alta cultura e à técnica superior uma estrutura democrática — não deixa de ter inconvenientes: cria-se, deste modo, a possibilidade de vastas crises de desemprego nas camadas médias intelectuais, tal como realmente ocorre em todas as sociedades modernas.

Deve-se notar que a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas de acordo com processos históricos tradicionais muito concretos. Formaram-se camadas que, tradicionalmente, produzem intelectuais; trata-se das mesmas camadas que, muito freqüentemente, especializaram-se na "poupança", isto é, a pequena e média burguesia fundiária e alguns estratos da pequena e média burguesia das cidades. A diversa distribuição dos diversos tipos de escola (clássicas e profissionais) no território econômico e as diversas aspirações das várias categorias destas camadas determinam, ou dão forma, à produção dos diversos ramos de especialização intelectual. Assim, na Itália, a burguesia rural produz notadamente funcionários estatais e profissionais liberais, ao passo que a burguesia urbana produz técnicos para a indústria: por isso, a Itália setentrional produz notadamente técnicos e a Itália meridional notadamente funcionários e profissionais.

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é "mediatizada", em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os "funcionários". Poder-se-ia medir a "organicidade" dos diversos estratos intelectuais, sua mais ou menos estreita conexão com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para cima). Por enquanto, pode-se fixar dois grandes "planos" superestruturais: o que pode ser chamado de "sociedade civil" (isto é; o conjunto de organismos chamados comumente de "pri-

vados") e o da "sociedade política ou Estado", que correspondem à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de domínio direto" ou de comando, que se expressa no Estado e no governo "jurídico". Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os "comissários" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso "espontâneo" dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce "historicamente" do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos grupos que não "consentem", nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo.

Esta colocação do problema traz, como resultado, uma ampliação muito grande do conceito de intelectual, mas somente assim torna-se possível alcançar uma aproximação concreta à realidade. Este modo de colocar a questão entra em choque com preconceitos de casta; é verdade que a própria função organizativa da hegemonia social e do domínio estatal dá lugar a uma certa divisão do trabalho e, portanto, a toda uma gradação de qualificações, em algumas das quais não mais aparece nenhuma atribuição diretiva e organizativa: no aparato da direção estatal e social existe toda uma série de empregos de caráter manual e instrumental (de ordem e não de conceito, de agente e não de oficial ou funcionário, etc.); mas, evidentemente, é preciso fazer esta distinção, como é preciso fazer também qualquer outra. De fato, a atividade intelectual deve ser diferenciada em graus, inclusive do ponto de vista intrínseco; estes graus, nos momentos de extrema oposição, dão lugar a uma verdadeira e real diferença qualitativa: no mais alto grau, devem ser colocados os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc.; no mais baixo, os "administradores" e divulgadores mais

modestos da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada?

No mundo moderno, a categoria dos intelectuais, assim entendida, ampliou-se de modo inaudito. Foram elaboradas, pelo sistema social democrático-burguês, imponentes massas de intelectuais, nem todas justificadas pelas necessidades sociais da produção, ainda que justificadas pelas necessidades políticas do grupo fundamental dominante. Daí a concepção loriana do "trabalhador" improdutivo (mas improdutivo em relação a quem e a que modo de produção?), que poderia ser parcialmente justificada se se levasse em conta que estas massas exploram sua posição a fim de obter grandes somas retiradas à renda nacional. A formação em massa estandarizou os indivíduos, na qualificação intelectual e na psicologia, determinando os mesmos fenômenos que ocorrem em todas as outras massas estandarizadas: concorrência (que coloca a necessidade da organização profissional de defesa), desemprego, superprodução escolar, emigração, etc.

*Posição diversa dos intelectuais de tipo urbano e de tipo rural.* Os intelectuais de tipo urbano cresceram juntamente com a indústria e são ligados às suas vicissitudes. A sua função pode ser comparada à dos oficiais subalternos no exército: não possuem nenhuma iniciativa autônoma na elaboração dos planos de construção; colocam em relação, articulando-a, a massa instrumental com o empresário, elaboram a execução imediata do plano de produção estabelecido pelo estado-maior da indústria, controlando suas fases executivas elementares. Na média geral, os intelectuais urbanos são bastante estandarizados; os altos intelectuais urbanos confundem-se cada vez mais com o autêntico estado-maior industrial.

<sup>E</sup> O organismo militar, também neste caso, oferece um modelo destas complexas gradações: oficiais subalternos, oficiais superiores, Estado-Maior, e não se deve esquecer as praças graduadas, cuja importância real é superior ao que habitualmente se crê. É interessante notar que todas estas partes se sentem solidárias; ou antes, que os estratos inferiores manifestam um "espírito de grupo" mais evidente, do qual resulta uma " vaidade " que freqüentemente os expõe aos gracejos e êstro a

Os intelectuais de tipo rural são, em sua maior parte, "tradicionalistas", isto é, ligados à massa social camponesa e pequeno-burguesa das cidades (notadamente dos centros menores), ainda não elaborada e movimentada pelo sistema capitalista: este tipo de intelectual põe em contato a massa camponesa com a administração estatal ou local (advogados, tabeliães, etc.) e, por esta mesma função, possui uma grande função político-social, já que a mediação profissional dificilmente se separa da mediação política. Além disso: no campo, o intelectual (padre, advogado, professor, tabelião, médico, etc.) possui um padrão de vida médio superior, ou, pelo menos, diverso daquele do médio camponês e representa, por isso, para este camponês, um modelo social na aspiração de sair de sua condição e de melhorá-la. O camponês acredita sempre que pelo menos um de seus filhos pode-se tornar intelectual (notadamente padre), isto é, tornar-se um senhor, elevando o nível social da família e facilitando sua vida econômica pelas ligações que não poderá deixar de estabelecer com os outros senhores. A atitude do camponês diante do intelectual é dúplice e parece ser contraditória: ele admira a posição social do intelectual e do funcionário público, em geral, mas finge às vezes desprezá-la, isto é, sua admiração mistura-se instintivamente com elementos de inveja e de raiva apaixonada. Não se compreende nada da vida coletiva dos camponeses, bem como dos germes e fermentos de desenvolvimento aí existentes, se não se levam em consideração, se não se estuda concretamente e não se aprofunda esta subordinação efetiva aos intelectuais: todo desenvolvimento orgânico das massas camponesas, até um certo ponto, está ligado aos movimentos dos intelectuais e dele depende.

O caso é diverso no que diz respeito aos intelectuais urbanos: os técnicos de fábrica não exercem nenhuma função política sobre suas massas instrumentais, ou, pelo menos, é esta uma fase já superada; por vezes, ocorre precisamente o contrário, ou seja, que as massas instrumentais, pelo menos através de seus próprios intelectuais orgânicos, exerçam uma influência política sobre os técnicos.

O ponto central da questão continua a ser a distinção entre intelectuais como categoria orgânica de cada grupo social fundamental e intelectuais como categoria tradicional; dis-

tinção da qual decorre toda uma série de problemas e de possíveis pesquisas históricas.

O problema mais interessante é o que diz respeito, se considerado deste ponto de vista, ao partido político moderno, às suas origens reais, aos seus desenvolvimentos, às suas formas. O que é que o partido político se torna em relação ao problema dos intelectuais? É necessário fazer algumas distinções: 1) para alguns grupos sociais, o partido político não é senão o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos (que se formam assim, e não podem deixar de se formar, dadas as características gerais e as condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dada) diretamente no campo político e filosófico, e já não mais no campo da técnica produtiva? 2) o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que representa na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de um modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a fusão entre os intelectuais orgânicos de um dado grupo -- o grupo dominante -- e os intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente em dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como "econômico", até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política. Aliás, pode-se dizer que, no seu âmbito, o partido político desempenha sua função muito mais completa e orgânicamente do que, num âmbito mais vasto, o Estado desempenha a sua: um intelectual que passa a fazer parte do partido político de um determinado grupo social confunde-se com os intelectuais orgânicos do próprio grupo. Liga-se estreitamente ao grupo, o que não ocorre através de participação na vida estatal senão mediocre-

<sup>9</sup> No campo da técnica produtiva, formam-se os estratos que correspondem, pode-se dizer, aos "praças graduados" no exército, isto é, os operários qualificados e especializados na cidade e, de modo mais complexo, os parceiros e colonos no campo, pois o parceiro e o colono correspondem geralmente ao tipo artesão, que é o operário qualificado de uma economia medieval.

mente ou mesmo nunca. Aliás, ocorre que muitos intelectuais pensem ser o Estado: crença esta que, dado o imenso número de componentes da categoria, tem por vetos notáveis conseqüências e leva a desagradáveis complicações para o grupo fundamental econômico que é realmente o Estado.

Que todos os membros de um partido político devam ser considerados como intelectuais, eis uma afirmação que se pode prestar à ironia e à caricatura; contudo, se pensarmos bem, veremos que nada é mais exato. Dever-se-á fazer uma distinção de graus; um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que importa: importa, sim, a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, intelectual. Um comerciante não passa a fazer parte de um partido político para poder comerciar, nem um industrial para produzir mais e com custos reduzidos, nem um camponês para aprender novos métodos de cultivar a terra, ainda que alguns aspectos destas exigências do comerciante, do industrial, do camponês possam ser satisfeitos no partido políticos. Para estas finalidades, dentro de certos limites, existe o sindicato profissional, no qual a atividade econômico-corporativa do comerciante, do industrial, do camponês, encontra setto quadro mais adequado. No partido político, os elementos de um grupo social econômico superam este momento de seu desenvolvimento histórico e se tomam agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional. Esta função do partido político apareceria com muito maior clareza mediante uma análise histórica concreta do modo pelo qual se desenvolveram as categorias orgânicas e as categorias tradicionais dos intelectuais, tanto no terreno das várias histórias nacionais quanto no do desenvolvimento dos vários grupos sociais mais importantes no quadro das diversas nações; notadamente daqueles grupos cuja atividade econômica foi sobretudo instrumental.

A formação dos intelectuais tradicionais é o problema histórico mais interessante. Ele se liga certamente à escravi-

<sup>8</sup> A opinião geral contradiz esta afirmação, ao dizer que o comerciante, o industrial, o camponês "polítiqueses" perdem ao invés de ganhar, e que são os piores de sua categoria, fato que pode ser discutido.

dão do mundo clássico e à posição dos libertos de origem grega e oriental na organização social do Império Romano.

*Nota.* A mudança da condição da posição social dos intelectuais em Roma, do tempo da República ao Império (de um regime aristocrático-corporativo a um regime democrático-burocrático), está ligado a César, que conferiu a cidadania aos médicos e aos mestres das artes liberais, a fim de que habitassem com mais satisfação em Roma e de que outros para aí se dirigissem: "*Omnesque medicinam Romae professos et liberalium artium doctores, quo libentius et ipsi urbem incolerent et coeteri appetent civitate donavit*" (SUETONIO, *Vida de César*, XLII). César, portanto, se propõe: 1) a estabelecer em Roma os intelectuais que já residiam nela, criando assim uma categoria permanente deles, pois sem a permanência não se podia criar uma organização cultural. Existia anteriormente uma flutuação que era preciso deter, etc.; 2) a atrair para Roma os melhores intelectuais de todo o Império Romano, promovendo uma centralização de grande amplitude. Assim, origina-se a categoria de intelectuais "imperiais" em Roma, que continuará no clero católico e deixará tantos traços em toda a história dos intelectuais italianos, com sua característica de "cosmopolitismo" até ao século XVIII.

Esta separação, não apenas social mas nacional, racial, entre grandes massas de intelectuais e a classe dominante do Império Romano se reproduz após a queda do Império entre guerreiros germânicos e intelectuais de origens romanizadas, continuadores da categoria dos libertos. Mistura-se com estes fenômenos o nascimento e desenvolvimento do catolicismo e da organização eclesiástica que, por muitos séculos, absorveu a maior parte das atividades intelectuais e exerceu o monopólio da direção cultural, com sanções penais para quem se opusesse, ou mesmo ignorasse, o monopólio. Na Itália, verifica-se o fenômeno, mais ou menos intenso de acordo com a época, da função cosmopolita dos intelectuais peninsulares. Farei referência às diferenças que saltam imediatamente à vista no desenvolvimento dos intelectuais em toda uma série de países, pelo menos nos mais importantes, com a advertên-

cia de que estas observações deverão ser verificadas e aprofundadas.

No que diz respeito à Itália, o fato central é precisamente a função internacional ou cosmopolita de seus intelectuais, que é causa e efeito do estado de desagregação em que permanece a península, desde a queda do Império Romano até 1870.

A França fornece um tipo completo de desenvolvimento harmônico de todas as energias nacionais e, particularmente, das categorias intelectuais. Quando, em 1789, um novo agrupamento social aflora politicamente à história, ele está completamente apto para todas as suas funções sociais e, por isso, luta pelo domínio total da nação, sem efetivar compromissos essenciais com as velhas classes, mas, pelo contrário, subordinando-as às próprias finalidades. As primeiras células intelectuais do novo tipo nascem com as primeiras células econômicas: a própria organização eclesiástica sofre sua influência (galicismo, lutas muito precoces entre Igreja e Estado). Esta maciça construção intelectual explica a função da cultura francesa nos Séculos XVIII e XIX, função de irradiação internacional e cosmopolita e de expansão de caráter imperialista e hegemônico de modo orgânico, conseqüentemente muito diversa da italiana, de caráter imigratório pessoal e desagregado, que não refluí sobre a base nacional para potenciá-la, mas, pelo contrário, concorre para impossibilitar a constituição de uma sólida base nacional.

Na Inglaterra, o desenvolvimento é muito diferente do da França. O novo agrupamento social nascido sobre a base do industrialismo moderno tem um surpreendente desenvolvimento econômico-corporativo, mas engatinha no campo intelectual-político. É muito ampla a categoria dos intelectuais orgânicos, isto é, dos intelectuais nascidos no mesmo terreno industrial do grupo econômico, mas — na esfera mais elevada — encontramos conservada a posição de quase-monopólio da velha classe territorial, que perde a supremacia econômica mas conserva por muito tempo uma supremacia político-intelectual, e é assimilada como "intelectuais tradicionais" e como camada dirigente pelo novo grupo que ocupa o poder. A velha aristocracia fundiária se une aos industriais através de um tipo de junção que, em outros países, é preci-

samente aquele que une os intelectuais tradicionais às novas classes dominantes.

O fenômeno inglês manifestou-se também na Alemanha, complicado por outros elementos históricos e tradicionais. A Alemanha, como a Itália, foi a sede de uma instituição e de uma ideologia universalista, supernacional (Sacro Império Romano da Nação Alemã), e forneceu uma certa quantidade de pessoal às metrópoles medievais, **depauperando** as próprias energias internas e provocando lutas que desviavam dos problemas de organização nacional e mantinham e desagregação territorial da Idade Média. C) desenvolvimento industrial ocorreu sob um invólucro semifeudal, que durou até novembro de 1918, e os Junkers mantiveram uma supremacia político-intelectual bem maior do que a mantida pelo mesmo grupo inglês. Eles foram os intelectuais tradicionais dos industriais alemães, mas com privilégios especiais e com uma forte consciência de ser um grupo social independente, baseada sobre o fato de que detinham um notável poder econômico sobre a terra, mais "produtiva" do que na Inglaterra. Os Junkers prussianos assemelham-se a trina casta sacerdotal-militar, que possui um quase-monopólio das funções diretivo-organizativas na sociedade política, mas que possui ao mesmo tempo uma base econômica própria e não depende exclusivamente da liberalidade do grupo econômico dominante. Além disso, diferentemente dos nobres fundiários ingleses, os Junkers constituíam a oficialidade de um grande exército permanente, o que lhes fornecia sólidos quadros organizativos, favoráveis à conservação do espírito de grupo e do monopólio político!

Na Rússia, diversas tendências: a organização política e econômico-comercial foi criada pelos normandos (varegos), a religiosa pelos gregos bizantinos; num segundo momento, os

<sup>5</sup> No livro *Parlamento e governo na nova ordem da Alemanha*, de Max Webers, podem-se encontrar muitos elementos que permitem observar como o monopólio político dos nobres tenha impedido a elaboração de um soaf político burguês numeroso e experimentado e forme a base das contínuas crises parlamentares e da desagregação dos partidos liberais e democráticos; e, conseqüentemente, seja a base da importância obtida pelo centro católico e pela social-democracia, que conseguiram — durante o período imperial — elaborar uma camada parlamentar e diretiva própria bastante numerosa.

alemães e franceses levam a experiência européia à Rússia e emprestam um primeiro esqueleto 'consistente à gelatina histórica russa. As forças nacionais são inertes, passivas e receptivas, mas --- talvez precisamente por isto — assimilam completamente as influências estrangeiras e os próprios estrangeiros, russificando-os. No período histórico mais recente, ocorre o fenômeno inverso: uma elite de pessoas entre as mais ativas, enérgicas, empreendedoras e **disciplinadas**, emigra para o exterior, assimila a cultura e as experiências históricas 'dos países mais desenvolvidos do Ocidente, 'sem. por isso perder as características mais essenciais da própria nacionalidade, isto é, sem romper as ligações sentimentais e históricas com o próprio povo; feita assim sua aprendizagem intelectual, retomam ao país, **obrigando** o povo a um despertar forçado, a uma marcha acelerada para a frente, queimando as etapas. A diferença entre esta elite e aquela alemã importada (por Pedro, o Grande, por exemplo) consiste em seu caráter essencial nacional-popular: não pode ser assimilada pela passividade inerte do povo russo, já que ela mesma é uma enérgica reação russa à própria inércia histórica.

Num outro terreno, e em condições bem diversas de tempo e lugar, este fenômeno russo pode ser comparado ao nascimento da nação americana (Estados Unidos): os emigrantes anglo-saxões são também uma elite intelectual, mas particularmente moral. Refiro-me, naturalmente, aos primeiros emigrantes, aos pioneiros, protagonistas das lutas religiosas e políticas inglesas, derrotados, mas nem humilhados nem rebaixados em sua pátria de origem. Eles trazem para a América; consigo mesmos, além da energia moral e volitiva, um certo grau de civilização, uma certa fase da evolução histórica européia, que — transplantada no solo virgem americano por tais agentes -- continua a desenvolver as forças implícitas em sua natureza, mas' com um ritmo incomparavelmente mais rápido do que na velha Europa, onde existe toda uma série de freios (morais, intelectuais, políticos, econômicos, incorporados em determinados grupos da população, reliquias dos regimes passados que não querem desaparecer) que se opõem a um processo rápido e limitam na mediocridade qualquer iniciativa, diluindo-a no tempo e no espaço.

Deve-se notar, nos Estados Unidos, em certa medida, a ausência dos intelectuais tradicionais e, portanto,, o diver-

so equilíbrio dos intelectuais em geral.. Ocorreu uma formação maciça, sobre a base industrial, de todas as superestruturas modernas. A necessidade de um equilíbrio não é dada pelo fato de que seja necessário fundir os intelectuais orgânicos com os tradicionais, que não existem como categoria cristalizada e misonéista, mas pelo fato de que seja necessário fundir, num único cadinho nacional de cultura unitária, diversos tipos de cultura trazidos pelos imigrantes de origens nacionais variadas. A ausência de uma vasta sedimentação de intelectuais tradicionais, como ocorreu nos países de civilização antiga, explica parcialmente tanto a existência de somente dois grandes partidos políticos, que poderiam na realidade ser facilmente reduzidos a um só (cf. com a França, e não somente com a do após-guerra, quando a multiplicação dos partidos se tornou um fenômeno universal), quanto, ao inverso, a multiplicação ilimitada de seitas religiosas.<sup>10</sup>

Uma manifestação interessante deve ainda ser estudada nos Estados Unidos; trata-se da formação de um número surpreendente de intelectuais negros, que absorvem a cultura e a técnica americanas. Pode-se pensar na influencia indireta que estes intelectuais negros podem exercer sobre as massas atrasadas da África, e na influência direta que se verificaria se ocorresse uma destas hipóteses: 1) se o expansionismo americano se servisse dos negros nacionais como seus agentes na conquista dos mercados africanos e na extensão a eles do próprio tipo de cultura (algo similar já ocorreu, mas ignora-se em quais proporções); 2) se as lutas pela unificação do povo americano se agudizassem a tal ponto que determinassem o êxodo dos negros e o retorno à África dos elementos intelectuais mais independentes e enérgicos e, portanto, menos propensos a sujeitar-se a uma possível legislação ainda mais humilhante do que o costume atualmente difundido. Nasceriam duas questões fundamentais: 1) da língua, isto é, o inglês poderia se tornar a língua culta da África, unificadora da existente pulverização de dialetos? 2) a questão de

<sup>10</sup> Ao que me parece, foram catalogadas mais de duzentas; comparar com a França e com as encarniçadas lutas empreendidas para que se mantivesse a unidade religiosa e moral do povo francês.

saber se esta camada intelectual poderia ter a capacidade assimiladora e organizadora em tal medida que pudesse converter em "nacional" o atual sentimento primitivo de raça desprezada, elevando o continente africano ao mito e à função de pátria comum de todos os negros. Parece-me que, por enquanto, os negros da América devem ter um espírito racial e nacional mais negativo do que positivo, isto é, provocado pela luta que os brancos empreendem no sentido de isolá-los e rebaixá-los: mas não foi este o caso dos judeus até todo o Século XVIII? A Libéria, já americanizada e com o inglês como língua oficial, poderia se tornar a Sion dos negros americanos, com a tendência a se converter no Piemonte africano."

Na América do Sul e na América Central, a questão dos intelectuais, ao que me parece, deve ser examinada levando-se em conta estas condições fundamentais: também na América do Sul e na América Central inexistem uma ampla categoria de intelectuais tradicionais, mas o problema não se apresenta nos mesmos termos que nos Estados Unidos. De fato, encontramos na base do desenvolvimento desses países os quadros da civilização espanhola e portuguesa dos Séculos XVI e XVII, caracterizada pela Contra-Reforma e pelo militarismo parasitário. As cristalizações, ainda hoje resistentes nesses países, são o clero e uma casta militar, duas categorias de intelectuais tradicionais fossilizadas segundo o modelo da mãe-pátria europeia. A base industrial é muito restrita, não tendo desenvolvido superestruturas complicadas: a maior parte dos intelectuais é de tipo rural e, já que domina o latifúndio, com extensas propriedades eclesiásticas, tais intelectuais são ligados ao clero e aos grandes proprietários. A composição nacional é muito desequilibrada mesmo entre os brancos, mas complica-se ainda mais pela imensa quanti-

<sup>u</sup> Gramsci refere-se à posição dos judeus "sionistas", isto é, que defendem a emigração maciça dos judeus para uma pátria originária. Transformar a Libéria num "Piemonte africano", por sua vez, significa transformá-la num modelo de progresso e de democracia na luta pela unidade africana, como foi o caso do Piemonte nas lutas pela unificação da Itália, no século passado. (Nota do Tradutor).

dade de índios, que em alguns países formam a maioria da população. Pode-se dizer que, no geral, existe ainda nessas regiões americanas uma situação tipo *Kulturkampf* e tipo processo Dreyfus, isto é, uma situação na qual o elemento laico e burguês ainda não alcançou o estágio da subordinação, à política laica do Estado moderno, dos interesses e da influência clerical e militarista. Assim, ocorre que, na oposição ao jesuitismo, possui ainda grande influência a Maçonaria e o tipo de organização cultural como a "Igreja positivista". Os eventos dos últimos tempos (novembro de 1930) -- do *Kulturkampf* de Calles, no México, às insurreições militares-populares na Argentina, no Brasil, no Peru, no Chile, na Bolívia -- demonstram precisamente a exatidão destas observações.

Outros tipos de formação da categoria dos intelectuais e de suas relações com as forças nacionais podem ser encontradas na Índia, na China, no Japão. No Japão, temos uma formação do tipo inglês e alemão, isto é, uma civilização industrial que se desenvolve dentro de um invólucro feudal-burocrático, com inconfundíveis características próprias.

Na China, existe o fenômeno da escritura, expressão da completa separação entre os intelectuais e o povo. Na Índia e na China, a enorme distancia entre os intelectuais e o povo manifesta-se, ademais, no campo religioso. O problema das diversas crenças e do diverso modo de conceber e praticar a mesma religião entre os diversos estratos da sociedade, mas particularmente entre clero e intelectuais e povo, deveria ser estudado, em geral, já que se manifesta por toda parte em certa medida, se bem que, nos países da Ásia Oriental, manifeste-se do modo mais extremo. Nos países protestantes, a diferença é relativamente pequena (a multiplicação das seitas é ligada à exigência de uma fusão completa entre intelectuais e povo, o que reproduz na esfera da organização superior todas as escabrosidades da concepção real das massas populares). Nos países católicos, a referida diferença é muito grande, mas com diversos graus: menor na Alemanha católica e na França, maior na Itália, particularmente no *Mezzogiorno* e nas ilhas; imensa na península ibérica e nos

países da América Latina. O fenômeno cresce de importância nos países ortodoxos, onde é preciso falar de três graus da mesma religião: o do alto clero e dos monges, o do clero secular e o do povo. Torna-se absurdo na Ásia Oriental, onde a religião do próprio povo nada tem em comum com a dos livros, se bem que se dê às duas o mesmo nome.

ainda que de uma maneira paradoxal. Esta discussão -- saber se o Shinto de Estado é ou não uma religião -- parece-me a parte mais importante do problema cultural japonês: uma tal discussão não pode, certamente, se estabelecer com relação ao cristianismo).

Estudar como nasceu a reforma, que tem grande amplitude e que está ligada ao nascimento e à evolução do parlamentarismo e da democracia no Japão. Após o sufrágio ampliado (quando e em que forma?), toda eleição -- mediante as mudanças nas forças políticas dos partidos e as alterações que os resultados podem trazer ao governo -- opera ativamente no sentido de dissolver a forma mental "teocrática" e absolutista das grandes massas populares japonesas. A convicção de que a autoridade e a soberania não estão colocadas na pessoa do Imperador, mas no povo, conduz a uma verdadeira e autêntica reforma intelectual e moral, correspondente à que ocorreu na Europa graças ao iluminismo e à filosofia clássica alemã, conduzindo o povo japonês ao nível de sua moderna estrutura econômica e subtraindo-o à influência política e ideológica dos barões e da burocracia feudal.

---

## A Organização da Cultura

## A Organização da Escola e da Cultura

---

**P**ODE-SE OBSERVAR que, em geral, na civilização moderna, todas as atividades práticas se tornaram tão complexas, e as ciências se mesclaram de tal modo à vida, que toda atividade prática tende a criar uma escola para os próprios dirigentes e especialistas e, conseqüentemente, tende a criar um grupo de intelectuais especialistas de nível mais elevado, que ensinam nestas escolas. Assim, ao lado do tipo de escola que poderíamos chamar de "humanista" (e que é o tradicional mais antigo), destinado a desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada, o poder fundamental de pensar e de saber se orientar na vida, foi-se criando paulatinamente todo um sistema de escolas particulares de diferente nível, para inteiros ramos profissionais ou para profissões já especializadas e indicadas mediante uma precisa individualização. Pode-se dizer, aliás, que a crise es-

colar que hoje se agudiza liga-se precisamente ao fato de que este processo de diferenciação e particularização ocorre de um modo caótico, sem princípios claros e precisos, sem um plano bem estudado e conscientemente fixado: a crise do programa e da organização escolar, isto é, da orientação geral de uma política de formação dos modernos quadros intelectuais, é em grande parte um aspecto e uma complexificação da crise orgânica mais ampla e geral.

A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais. O desenvolvimento da base industrial, tanto na cidade como no campo, provocava uma crescente necessidade do novo tipo de intelectual urbano: desenvolveu-se, ao lado da escola clássica, a escola técnica (profissional mas não manual), o que colocou em discussão o próprio princípio da orientação concreta de cultura geral, da orientação humanista da cultura geral fundada sobre a tradição greco-romana. Esta orientação, uma vez posta em discussão, foi destruída, pode-se dizer, já que sua capacidade formativa era em grande parte baseada sobre o prestígio geral e tradicionalmente indiscutido de uma determinada forma de civilização.

A tendência, hoje, é a de abolir qualquer tipo de escola "desinteressada" (não imediatamente interessada) e "formativa", ou conservar delas tão-somente um reduzido exemplar destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em se preparar para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados. A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo.

Deve-se levar em consideração a tendência em desenvolvimento, segundo a qual cada atividade prática tende a criar para si uma escola especializada própria, do mesmo modo como cada atividade intelectual tende a criar círculos próprios de cultura, que assumem a função de instituições pós-escolares especializadas em organizar as condições nas quais seja possível manter-se a par dos progressos que ocorrem no ramo científico próprio.

Pode-se observar, também, que os órgãos deliberativos tendem cada vez mais a diferenciar sua atividade em dois aspectos "orgânicos": o deliberativo, que lhes é essencial, e o técnico-cultural, onde as questões sobre as quais é preciso tomar resoluções são inicialmente examinadas por especialistas e analisadas cientificamente. Esta atividade já criou todo um corpo burocrático de nova estrutura, pois além dos escritórios especializados de pessoas competentes, que prepararam o material técnico para os corpos deliberativos -- criou-se um segundo corpo de funcionários, mais ou menos "voluntários" e desinteressados, escolhidos de vez em quando na indústria, nos bancos, nas finanças. Este é um dos mecanismos através dos quais a burocracia de carreira terminou por controlar os regimes democráticos e os parlamentos: atualmente, o mecanismo vai-se ampliando organicamente e absorve em seu círculo os grandes especialistas da atividade prática privada, que controla assim os regimes e as burocracias. Já que se trata de um desenvolvimento orgânico necessário, que tende a integrar o pessoal especializado na técnica política com o pessoal especializado nas questões concretas de administração das atividades práticas essenciais das grandes e complexas sociedades nacionais modernas, toda tentativa de afastar de fora estas tendências não produz como resultado senão pregações moralistas e gemidos retóricos.

Coloca-se a questão de modificar a preparação do pessoal técnico político, integrando sua cultura de acordo com as novas necessidades, e de elaborar novos tipos de funcionários especializados, que integrem — sob forma colegiada -- a atividade deliberativa. O tipo tradicional do "dirigente" político, preparado apenas para as atividades jurídico-formais, torna-se anacrônico e representa um perigo para a vida estatal: o dirigente deve ter aquele mínimo de cultura geral

que lhe permita, senão "criar" autonomamente a solução justa, pelo menos saber julgar entre as soluções projetadas pelos especialistas e, conseqüentemente, escolher a que seja justa do ponto de vista "sintético" da técnica política.

Um tipo de colegiado deliberativo, que busca incorporar a competência técnica necessária para operar de um modo realista, foi descrito em outro local,<sup>1</sup> no qual se fala do que ocorre em certas redações de revistas, que funcionam ao mesmo tempo como redação e como círculo de cultura. O círculo crítica de modo colegiado e contribui assim para elaborar os trabalhos dos redatores individuais, cuja operosidade é organizada segundo um plano e uma divisão do trabalho racionalmente preestabelecidos. Através da discussão e da crítica colegiada (feita através de sugestões, conselhos, indicações metodológicas, crítica construtiva e voltada para a educação recíproca), mediante as quais cada um funciona como especialista em sua matéria a fim de integrar a competência coletiva, consegue-se efetivamente elevar o nível médio dos redatores individuais, alcançar o nível ou a capacidade do mais preparado, assegurando à revista uma colaboração cada vez mais selecionada e orgânica; e não se consegue apenas isso, mas cria-se também as condições para o surgimento de um grupo homogêneo de intelectuais, preparados para a produção de uma atividade "editorial" regular e metódica (não apenas de publicações de ocasião e de ensaios parciais, mas de trabalhos orgânicos de conjunto).

Indubitavelmente, nesta espécie de atividade coletiva, cada trabalho produz novas capacidades e possibilidades de trabalho, pois cria condições de trabalho cada vez mais orgânicas: fichas, materiais bibliográficos, coletânea de obras fundamentais especializadas etc. Solicita-se uma luta rigorosa contra os hábitos de diletantismo, da improvisação, das soluções "oratórias" e declamatórias. O trabalho deve ser feito especialmente por escrito, assim como por escrito devem ser as críticas, em notas resumidas e sucintas, o que pode ser obtido mediante a distribuição a tempo do material etc.; escrever as notas e as críticas é princípio didático que se tornou necessário graças à obrigação de combater os hábitos da prolixidade, da declamação e do paralogismo criados pela

<sup>1</sup> Cf. a nota "Tipos de revista", na seção "Jornalismo".

oratória. Este tipo de trabalho intelectual é necessário a fim de fazer com que os autodidatas adquiram a disciplina dos estudos proporcionada por uma carreira escolar regular, a fim de taylorizar o trabalho intelectual. Assim, é útil o princípio dos "anciões de Santa Zita", dos quais fala De Saactis em suas recordações sobre a escola napolitana de Basilio Puoti: ou seja, é útil uma certa "estratificação" das capacidades e hábitos, bem como a formação de grupos de trabalho sob a direção dos mais aptos e desenvolvidos, que aceleram a preparação dos mais atrasados e toscos.

Um ponto importante, no estudo da organização prática da escola unitária, é o que diz respeito à carreira escolar em seus vários níveis, de acordo com a idade e com o desenvolvimento intelectual-moral dos alunos e com os fins que a própria escola pretende alcançar. A escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, "humanismo", em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional) ou de cultura geral deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa. A fixação da idade escolar obrigatória depende das condições econômicas gerais, já que estas podem obrigar os jovens a uma certa colaboração produtiva imediata. A escola unitária requer que o Estado possa assumir as despesas que hoje estão a cargo da família, no que toca à manutenção dos escolares, isto é, que seja completamente transformado o orçamento da educação nacional, ampliando-o de um modo imprevisto e tornando-o mais complexo: a inteira função de educação e formação das novas gerações torna-se, ao invés de privada, pública, pois somente assim pode ela envolver todas as gerações, sem divisões de grupos ou castas. Mas esta transformação da atividade escolar requer uma ampliação imprevista da organização prática da escola, isto é, dos prédios, do material científico, do corpo docente etc. O corpo docente, particularmente, deveria ser aumentado, pois a eficiência da escola é muito maior e intensa quando a relação entre professor e aluno é menor, o que coloca outros problemas de solução difícil e demorada. Também a questão dos prédios não é simples, pois este tipo de escola deveria

set uma escola-colégio, com dormitórios, refeitórios, bibliotecas especializadas, salas aptas ao trabalho de seminário etc. Por isso, inicialmente, o novo tipo de escola deverá ser -- e não poderá deixar de se-10 -- própria de grupos restritos, de jovens escolhidos por concurso ou indicados, sob sua responsabilidade, por instituições idôneas.

A escola unitária deveria corresponder ao período representado hoje pelas escolas primárias e médias, reorganizadas não somente no que diz respeito ao conteúdo e ao método de ensino, como também no que toca à disposição dos vários graus da carreira escolar. O primeiro grau elementar não deveria ultrapassar três-quatro anos e, ao lado do ensino das primeiras noções "instrumentais" da instrução (ler, escrever, fazer contas, geografia, história), deveria desenvolver notadamente a parte relativa aos "direitos e deveres", atualmente negligenciada, isto é, as primeiras noções do Estado e da sociedade, como elementos primordiais de uma nova concepção do mundo que entra em luta contra as concepções determinadas pelos diversos ambientes sociais tradicionais, ou seja, contra as concepções que poderíamos chamar de folclóricas. O problema didático a resolver é o de temperar e fecundar a orientação dogmática que não pode deixar de existir nestes primeiros anos. O resto do curso não deveria durar mais de seis anos, de modo que, aos quinze-dezesseis anos, dever-se-ia poder concluir todos os graus da escola unitária.

Pode-se objetar que um tal curso é muito fatigante por causa de sua rapidez, se se pretende efetivamente atingir os resultados a que se propõe a atual organização da escola clássica, mas que não são atingidos. Pode-se dizer, porém, que o conjunto da nova organização deverá conter em si mesmo os elementos gerais que fazem com que, hoje, pelo menos para uma parte dos alunos, o curso seja muito lento. Quais são estes elementos? Numa série de famílias, particularmente das camadas intelectuais, os jovens encontram na vida familiar uma preparação, um prolongamento e uma integração da vida escolar, absorvendo no "ar", como se diz, uma grande quantidade de noções e de aptidões que facilitam a carreira escolar propriamente dita: eles já conhecem, e desenvolvem ainda mais, o conhecimento da língua literária,

isto é, do meio de expressão e de conhecimento, tecnicamente superior aos meios possuídos pela média da população escolar dos seis aos doze anos. Assim, os alunos urbanos, pelo simples fato de viverem na cidade, absorveram já -- antes dos seis anos -- muitas noções e aptidões que tomam mais fácil, mais proveitosa e mais rápida a carreira escolar. Na organização interna da escola unitária, devem ser criadas, pelo menos, as mais importantes destas condições, além do fato, que se deve dar por suposto, de que se desenvolverá paralelamente à escola unitária -- uma rede de auxílios à infância e outras instituições nas quais, mesmo antes da idade escolar, os meninos se habituem a uma certa disciplina coletiva e adquiram noções e aptidões pré-escolares. De fato, a escola unitária deveria ser organizada como colégio, com vida coletiva diurna e noturna, liberta das atuais formas de disciplina hipócrita e mecânica, e o estudo deveria ser feito coletivamente, com a assistência dos professores e dos melhores alunos, mesmo nas horas de aplicação chamada individual, etc.

O problema fundamental que se coloca diz respeito à fase da atual carreira escolar hoje representada pelo Liceu, que em nada se diferencia, atualmente, como tipo de ensino, das lases escolares anteriores, a não ser pela abstrata suposição de uma maior maturidade intelectual e moral do aluno, devida à maioria e à experiência anteriormente acumulada.

De fato, atualmente, entre liceu e universidade, isto é, entre a escola propriamente dita e a vida, existe um salto, uma verdadeira solução de continuidade, e não uma passagem racional da quantidade (idade) à qualidade (maturidade intelectual e moral). Do ensino quase puramente dogmático, no qual a memória desempenha um grande papel, passa-se à fase criadora ou de trabalho autônomo e independente; da escola com disciplina de estudo imposta e controlada autoritariamente passa-se a uma fase de estudo ou de trabalho profissional na qual a autodisciplina intelectual e a autonomia moral são teoricamente ilimitadas. E isto ocorre imediatamente após a crise da puberdade, quando o ímpeto das paixões instintivas e elementares não terminou ainda de lutar contra os freios do caráter e da consciência moral em formação. Na Itália, ademais, onde não é difundido nas univer-

sidades o princípio do trabalho de "seminário", a passagem é ainda mais brusca e mecânica.

Eis porque, na escola unitária, a última fase deve ser concebida e organizada como a fase decisiva, na qual se tende a criar os valores fundamentais do "humanismo", a auto-disciplina intelectual e a autonomia moral necessárias a uma posterior especialização, seja ela de caráter científico (estudos universitários), seja de caráter imediatamente prático-produtivo (indústria, burocracia, organização das trocas, etc.). O estudo e o aprendizado dos métodos criativos na ciência e na vida deve começar nesta última fase da escola, e não deve ser mais um monopólio da universidade ou ser deixado ao acaso da vida prática: esta fase escolar já deve contribuir para desenvolver o elemento da responsabilidade autônoma nos indivíduos, deve ser uma escola criadora. Deve-se distinguir entre escola criadora e escola ativa, mesmo na forma dada pelo método Dalton. Toda escola unitária é escola ativa, se bem que seja necessário limitar as ideologias libertárias neste campo e reivindicar — com certa energia -- o dever das gerações adultas, isto é, do Estado, de "formar" as novas gerações. Ainda se está na fase romântica da escola ativa, na qual os elementos da luta contra a escola mecânica e jesuítica se dilataram morbidamente por causa do contraste e da polémica: é necessário entrar na fase "clássica", racional, encontrando nos fins a atingir a fonte natural para elaborar os métodos e as formas.

A escola criadora é o coroamento da escola ativa: na primeira fase, tende-se a disciplinar, portanto, também a nivelar, a obter uma certa espécie de "conformismo" que pode ser chamado de "dinâmico"; na fase criadora, sobre a base já atingida de "coletivização" do tipo social, tende-se a expandir a personalidade, tomada autônoma e responsável, mas com uma consciência moral e social sólida e homogênea. Assim, escola criadora não significa escola de "inventores e descobridores"; ela indica uma fase e um método de investigação e de conhecimento, e não um "programa" predeterminado que obrigue à inovação e à originalidade a todo custo. Indica que a aprendizagem ocorre notadamente graças a um esforço espontâneo e autônomo do discente, e no qual o professor exerce apenas uma função de guia amigável, como

ocorre ou deveria ocorrer na universidade. Descobrir por si mesmo uma verdade, sem sugestões e ajudas exteriores, é criação (mesmo que a verdade seja velha) e demonstra a posse do método; indica que, de qualquer modo, entrou-se na fase da maturidade intelectual na qual se pode descobrir verdades novas. Por isso, nesta fase, a atividade escolar fundamental se desenvolverá nos seminários, nas bibliotecas, nos laboratórios experimentais; é nela que serão recolhidas as indicações orgânicas para a orientação profissional.

O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário, por isso, refletir-se-á em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo.

*Problema da nova função que poderão assumir as universidades e as academias. Estas duas instituições são, atualmente, independentes uma da outra; as academias são o símbolo, ridicularizado freqüentemente com razão, da separação existente entre a alta cultura e a vida, entre os intelectuais e o povo (por isso, é explicável certa influência obtida pelos futuristas em seu primeiro período de Sturm und Drang anti-acadêmico, antitradicionalista, etc.).*

Em um novo contexto de relações entre vida e cultura, entre trabalho intelectual e trabalho industrial, as academias deverão se tornar a organização cultural (de sistematização, expansão e criação intelectual) dos elementos que, após a escola unitária, passarão para o trabalho profissional, bem como um terreno de encontro entre estes e os universitários. Os elementos sociais empregados no trabalho profissional não devem cair na passividade intelectual, mas devem ter à sua disposição (por iniciativa coletiva e não de indivíduos, como função social orgânica reconhecida como de utilidade e necessidade públicas) institutos especializados em todos os ra-

mos de investigação e de trabalho científico, para os quais poderão colaborar e nos quais encontrarão todos os subsídios necessários para qualquer forma de atividade cultural que pretendam empreender.

A organização académica deverá ser reorganizada e vivificada de alto a baixo. Territorialmente, possuirá uma centralização de competências e de especializações: centros nacionais que se agregarão às grandes instituições existentes, seções regionais e provinciais e círculos locais urbanos e rurais. Dividir-se-á por especializações científico-culturais, que serão representadas em sua totalidade nos centros superiores, mas só parcialmente nos círculos locais. Unificar os vários tipos de organização cultural existentes: academias, institutos de cultura, círculos filológicos, etc., integrando o trabalho académico tradicional — que se expressa principalmente na sistematização do saber passado ou em buscar fixar uma média do pensamento nacional como guia da atividade intelectual — a atividades ligadas á vida coletiva, ao mundo da produção e do trabalho. Controlar-se-ão as conferências industriais, a atividade da organização científica do trabalho, os gabinetes experimentais das fábricas etc. Construir-se-á um mecanismo para selecionar e desenvolver as capacidades individuais da massa popular, que são hoje sacrificadas e definham em erros e tentativas sem perspectiva. Cada círculo local deveria possuir necessariamente a seção de ciências morais e políticas, e organizar paulatinamente as outras seções especiais para discutir os aspectos técnicos dos problemas industriais, agrários, de organização e de racionalização do trabalho industrial, agrícola, burocrático, etc. Congressos periódicos de diversos níveis fariam com que os mais capazes fossem conhecidos.

Seria útil possuir a lista completa das academias e das outras organizações culturais hoje existentes, bem como dos assuntos tratados em seus trabalhos e publicados em suas "Atas": em grande parte, trata-se de cemitérios da cultura, embora elas desempenhem uma função na psicologia da classe dominante.

A colaboração entre estes organismos e as universidades deveria ser muito estreita, bem como sua colaboração com todas as escolas superiores especializadas de qualquer tipo (militares, navais etc.). A finalidade consiste em obter uma centralização e um impulso da cultura nacional que fossem superiores aos da Igreja Católica.'

<sup>2</sup> Este esquema de organização do trabalho cultural segundo os princípios gerais da escola unitária deveria ser desenvolvido, cuidadosamente, em todas as suas partes e servir de guia na constituição mesmo do mais elementar e primitivo centro de cultura, que deveria ser concebido como um embrião e uma molécula de toda a estrutura mais madura. Mesmo as iniciativas notoriamente transitórias e experimentais deveriam ser concebidas como capazes de ser absorvidas no esquema geral e, ao mesmo tempo, como elementos vitais que tendem a criar todo o esquema. Estudar atentamente a organização e o desenvolvimento do Rotary Club.

## Para a Investigação do Principio Educativo

---

A *SEPARAÇÃO*, provocada pela reforma Gentile, entre a escola elementar e média, por um lado, e a superior, por outro. Antes da reforma, existia uma separação semelhante, tão marcada, somente entre a escola profissional, por um lado, e as escolas médias e superiores, por outro: a escola elementar era colocada numa espécie de limbo, graças a algumas de suas características particulares.

Nas escolas elementares, dois elementos participavam na educação e na formação das crianças: as primeiras noções de ciências naturais e as noções dos direitos e deveres dos cidadãos. As noções científicas deviam servir para introduzir o menino na *societas rerum*, ao passo que os direitos e deveres para introduzi-lo na vida estatal e na sociedade civil. As noções científicas entravam em luta com a concepção mágica do mundo e da natureza, que a criança absorve do am-

biente impregnado de folclore, do mesmo modo como as noções de direitos e deveres entram em luta com as tendências à barbárie individualista e localista, que é também um aspecto do folclore. A escola, mediante o que ensina, luta contra o folclore, contra todas as sedimentações tradicionais de concepções do mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pela aprendizagem da existência de leis naturais como algo objetivo e rebelde, às quais é preciso adaptar-se para dominá-las, bem como de leis civis e estatais que são produto de uma atividade humana estabelecidas pelo homem e podem ser por ele modificadas visando a seu desenvolvimento coletivo; a lei civil e estatal organiza os homens do modo historicamente mais adequado à dominação das leis da natureza, isto é, a tornar mais fácil o seu trabalho, que é a forma própria através da qual o homem participa ativamente na vida da natureza, visando transformá-la e socializá-la cada vez mais profunda e extensamente. Pode-se dizer, por isso, que o princípio educativo sobre o qual se baseavam as escolas elementares era o conceito de trabalho, que não se pode realizar em todo seu poder de expansão e de produtividade sem um conhecimento exato e realista das leis naturais e sem uma ordem legal que regule organicamente a vida recíproca dos homens, ordem que deve ser respeitada por convenção espontânea e não apenas por imposição externa, por necessidade reconhecida e proposta pelos próprios homens como liberdade e não por simples coação. O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola elementar, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho. O conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural sobre o fundamento do trabalho, da atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo, para a compreensão do movimento e do *devenir*, para a valorização da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas

as gerações passadas, que se projeta no futuro. \$ este o fundamento da escola elementar; que ele tenha dado todos os seus frutos, que no corpo de professores tenha existido a consciência de seu dever e do conteúdo filosófico deste dever, é um outro problema, ligado à crítica do grau de consciência civil de toda a nação, da qual o corpo docente é tão-somente uma expressão, ainda que amesquinhada, e não certamente uma vanguarda.

Não é completamente exato que a instrução não seja igualmente educação: a insistência exagerada nesta distinção foi um grave erro da pedagogia idealista, cujos efeitos já se vêem na escola reorganizada por esta pedagogia. Para que a instrução não fosse igualmente educação, seria preciso que o discente fosse uma mera passividade, um "recipiente mecânico" de noções abstratas, o que é absurdo, além de ser "abstratamente" negado pelos defensores da pura educatividade precisamente contra a mera instrução mecanicista. O "certo" se toma "verdadeiro" na consciência da criança. Mas a consciência da criança não é algo "individual" (e muito menos individualizado), é o reflexo da fração de sociedade civil da qual participa, das relações sociais tais como elas se concentram na família, na vizinhança, na aldeia, etc. A consciência individual da esmagadora maioria das crianças reflete relações civis e culturais diversas e antagônicas às que são refletidas pelos programas escolares: o "certo" de uma cultura evoluída toma-se "verdadeiro" nos quadros de uma cultura fossilizada e anacrônica, não existe unidade entre escola e vida e, por isso, não existe unidade entre instrução e educação. Daí porque é possível dizer que, na escola, o nexo instrução-educação somente pode ser representado pelo trabalho vivo do professor, na medida em que o mestre é consciente dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura que ele representa e o tipo de sociedade e de cultura representado pelos alunos, sendo também consciente de sua tarefa, que consiste em acelerar e em disciplinar a formação da criança conforme o tipo superior em luta com o tipo inferior. Se o corpo docente é deficiente e o nexo instrução-educação é relaxado, visando a resolver a questão do ensino de acordo com esquemas de papel nos quais se exalta a educatividade, a obra do professor se tornará ainda mais

deficiente: ter-se-á uma escola retórica, sem seriedade, pois faltará a corporeidade material do certo, e o verdadeiro será verdadeiro de palavra, ou seja, retórico.

Esta degenerescência pode ser ainda melhor vista na escola média, nos cursos de literatura e filosofia. Antes, pelo menos, os alunos formavam uma certa "bagagem" ou "provisão" (de acordo com os gostos) de noções concretas; agora, quando o professor deve ser notadamente um filósofo e um esteta, o aluno negligencia as noções concretas e "enche a cabeça" com fórmulas e palavras que não têm nenhum sentido para ele, na maioria dos casos, e que são logo esquecidas. A luta contra a velha escola era justa, mas a reforma não era uma coisa tão simples como parecia, não se tratava de esquemas programáticos, mas de homens, e não imediatamente dos homens que são professores, mas de todo o complexo social do qual os homens são expressão. Na realidade, um professor medíocre pode conseguir que os alunos se tornem mais instruídos, mas não conseguirá que sejam mais cultos; ele desenvolverá — com escrúpulo e com consciência burocrática — a parte mecânica da escola, e o aluno, se for um cérebro ativo, organizará por sua conta — e com a ajuda de seu ambiente social — a "bagagem" acumulada. Com os novos programas, que coincidem com uma queda geral do nível do corpo docente, simplesmente não existirá mais "bagagem" a organizar. Os novos programas deveriam ter abolido completamente os exames; prestar um exame, atualmente, deve ser muito mais um "jogo de azar" do que antigamente. Uma data é sempre uma data, qualquer que seja o professor examinador, e uma "definição" é sempre uma definição; mas e um julgamento, uma análise estética ou filosófica?

A eficácia educativa da velha escola média italiana, como a antiga lei Casati a havia organizado, não devia ser buscada (ou negada) na vontade expressa de ser ou não escola educativa, mas no fato de que sua organização e seus programas eram a expressão de um modo tradicional de vida intelectual e moral, de um clima cultural difundido em toda a sociedade italiana por uma antiquíssima tradição. O fato de que um tal clima e um tal modo de vida tenham entrado em agonia e que a escola se tenha separado da vida determinou a crise da escola. Criticar os programas e a organização disciplinar da escola significa menos do que nada, se

não se levam em conta estas condições. Assim, retorna-se à participação realmente ativa do aluno na escola, que só pode existir se a escola for ligada à vida. Os novos programas, quanto mais afirmam e teorizam sobre a atividade do discente e sobre sua operosa colaboração com o trabalho do docente, tanto mais são elaborados como se o discente fosse uma mera passividade.

Na velha escola, o estudo gramatical das línguas latina e grega, unido ao estudo das literaturas e histórias políticas respectivas, era um princípio educativo na medida em que o ideal humanista, que se personifica em Atenas e Roma, era difundido em toda a sociedade, era um elemento essencial da vida e da cultura nacionais. Inclusive a mecanicidade do estudo gramatical era vivificada pela perspectiva cultural. As noções singulares não eram aprendidas visando-se a uma imediata finalidade prático-profissional: esta finalidade não se revelava, pois o que contava era o desenvolvimento interior da personalidade, a formação do caráter através da absorção e da assimilação de todo o passado cultural da civilização européia moderna. Não se aprendia o latim e o grego para saber falar estas línguas, para servir de camareiro, de intérprete ou de correspondente comercial. Aprendia-se a fim de conhecer diretamente a civilização dos dois povos, pressuposto necessário da civilização moderna, isto é, a fim de ser e de conhecer conscientemente a si mesmo. As línguas latina e grega eram aprendidas segundo a gramática, mecanicamente; mas existe muita injustiça e impropriedade na acusação de mecanicidade e de aridez. Trabalha-se com rapazolas, aos quais deve-se levar a que contraíam certos hábitos de diligência, de exatidão, de postura mesmo física, de concentração psíquica em determinados assuntos, que não se podem adquirir senão mediante uma repetição mecânica de atos disciplinados e metódicos. Um estudioso de quarenta anos seria capaz de passar dezesseis horas seguidas numa mesa de trabalho se, desde menino, não tivesse assumido, por meio da coação mecânica, os hábitos psicofísicos apropriados? Se se quer selecionar grandes cientistas, deve-se começar ainda por este ponto e deve-se pressionar toda a área escolar a fim de se conseguir que surjam os milhares ou centenas, ou mesmo apenas dezenas, de estudiosos de grande valor, ne-

cessários a toda civilização (não obstante, podem-se obter grandes melhorias neste terreno com a ajuda dos subsídios científicos adequados, sem retomar aos métodos escolares dos jesuítas).

Aprende-se o latim (ou melhor, estuda-se o latim), analisa-se esta língua mesmo em suas partículas mais elementares, analisa-se como uma coisa morta, é verdade, mas qualquer análise feita por uma criança não pode ser senão sobre coisas mortas; ademais, é preciso não esquecer que, no lugar onde este estudo é feito sob estas formas, a vida dos romanos é um mito que, numa certa medida, já interessou à criança e ainda a interessa, de modo que está sempre presente no morto um grande vivo. E, além disso, a língua é morta, é analisada como uma coisa inerte, como um cadáver na mesa anatômica, mas revive continuamente nos exemplos, nas narrações. Poder-se-ia estudar do mesmo modo o italiano? Impossível; nenhuma língua viva poderia ser estudada como o latim: seria e pareceria absurdo. Nenhuma das crianças conhece o latim quando inicia seu estudo com aquele referido método analítico. Uma língua viva poderia ser conhecida, e bastaria que uma só criança a conhecesse para que o encantamento se quebrasse: todos iriam imediatamente à escola Berlitz. O latim (bem como o grego) apresenta-se à fantasia como um mito, inclusive para o professor. O latim não é estudado para aprender o latim; o latim, há muito tempo, graças a uma tradição cultural-escolástica da qual se poderia pesquisar a origem e o desenvolvimento, é estudado como elemento de um programa escolar ideal, elemento que resume e satisfaz toda uma série de exigências pedagógicas e psicológicas; ele é estudado a fim de que as crianças se habituem a estudar de determinada maneira, a analisar um corpo histórico que pode ser tratado como um cadáver que continuamente volta à vida, a fim de habitua-las a raciocinar, a abstrair esquematicamente (mesmo que sejam capazes de voltar da abstração à vida real imediata), a fim de ver em cada fato ou dado o que há nele de geral e de particular, o conceito e o indivíduo. E, do ponto de vista educativo, o que não significara a constante comparação entre o latim e a língua que se fala?! A distinção e a identificação das palavras e dos conceitos, toda a lógica formal, com a contradição dos opostos e a análise dos distintos, com o movimento his-

tórico do conjunto lingüístico, que se modifica no tempo, que tem um devenir e que não é tão-somente estaticidade. Nos oito anos de ginásio-liceu, estuda-se toda a língua historicamente real, após tê-la visto fotografada num instante abstrato, sob a forma de gramática: estuda-se desde Ênio (ou antes, desde as palavras dos fragmentos das doze tábuas) até Fedro e os cristãos-latinos: um processo histórico é analisado desde seu surgimento até sua morte no tempo, morte aparente, pois sabe-se que o italiano, com o qual o latim é continuamente comparado, é latim moderno. Estuda-se a gramática de uma certa época, uma abstração, o vocabulário de um período determinado, mas se estuda (por comparação) a gramática e o vocabulário de cada autor determinado, bem como o significado de cada termo em cada "período" (estilístico) determinado; descobre-se, assim, que a gramática e o vocabulário de Fedro não são os de Cícero, nem os de Plauto, ou de Latânio e Tertuliano, que uma mesma conexão de sons não tem o mesmo significado em épocas diversas, em escritores diversos. Compara-se continuamente o latim e o italiano; mas cada palavra é um conceito, uma imagem, que assume nuances diversas nas épocas, nas pessoas, em cada uma das duas línguas comparadas. Estuda-se a história literária dos livros escritos naquela língua, a história política, as lutas dos homens que falaram aquela língua. A educação do jovem é determinada por todo este complexo orgânico, pelo fato de que -- ainda que só materialmente -- ele percorreu todo aquele itinerário, com suas etapas, etc. Ele submerge na história, adquire uma intuição historicista do mundo e da vida, que se toma uma segunda natureza, quase uma espontaneidade, já que não é pedantemente inculcada pela "vontade" exteriormente educativa. Este estudo educava, (sem que tivesse a vontade expressamente declarada de fazê-lo) com a mínima intervenção "educativa" do professor: educava porque instruía. Experiências lógicas, artísticas, psicológicas, eram feitas sem que "se refletisse sobre", sem olhar-se continuamente no espelho, e era feita principalmente uma grande experiência "sintética", filosófica, de desenvolvimento histórico-real. Isto não significa (e seria uma tolice pensá-lo) que o latim e o grego, como tais, tenham qualidades intrinsecamente taumatúrgicas no campo educativo. E toda a tradição cultural, que vive também (e principalmente) fora

da escola, que produz — num ambiente determinado -- estas conseqüências. Vê-se, ademais, como, modificada a tradicional intuição da cultura, tenha a escola entrado em crise e tenha o estudo do latim e do grego entrado igualmente em crise.

Será necessário substituir o latim e o grego como fulcro da escola formativa; esta substituição ocorrerá, mas não será fácil dispor a nova matéria ou a nova série de matérias na ordem didática que dê resultados equivalentes no que toca à educação e formação geral da personalidade, ordem que parta da criança até chegar aos umbrais da escolha profissional. De fato, nesse período, o estudo ou a maior parte dele deve ser (ou aparecer como sendo aos discentes) desinteressado, isto é, não deve ter finalidades práticas imediatas ou muito imediatas, deve ser formativo, ainda que "instrutivo", isto é, rico de noções concretas. Na escola atual, graças à crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, tomam a frente da escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvada como democrática, quando, na realidade, não só é destinada a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las em formas chinesas.

A escola tradicional era oligárquica, pois era destinada à nova geração dos grupos dirigentes, destinada por sua vez a tornar-se dirigente: mas não era oligárquica pelo seu modo de ensino. Não é a aquisição de capacidades diretivas, não é a tendência a formar homens superiores que dá a marca social de um tipo de escola. A marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes grupos uma determinada função tradicional, diretiva ou instrumental. Se se quer destruir esta trama, portanto, deve-se evitar a multiplicação e graduação dos tipos de escola profissional, criando-se, ao contrário, um tipo único de escola preparatória (elementar-média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o entretanto como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige.

A multiplicação de tipos de escola profissional, portanto, tende a eternizar as diferenças tradicionais; mas, dado que ela tende, nestas diferenças, a criar estratificações internas, faz nascer a impressão de possuir uma tendência democrática. Por exemplo: operário manual e qualificado, camponês e agrimensor ou pequeno agrônomo etc. Mas a tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada "cidadão" possa se tornar "governante" e que a sociedade o coloque, ainda que "abstratamente", nas condições gerais de poder fazê-lo: a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnica geral necessárias ao fim de governar. Mas o tipo de escola que se desenvolve como escola para o povo não tende mais nem sequer a conservar a ilusão, já que ela cada vez mais se organiza de modo a restringir a base da camada governante tecnicamente preparada, num ambiente social político que restringe ainda mais a "iniciativa privada" no sentido de fornecer esta capacidade e preparação técnico-política, de modo que, na realidade, retorna-se às divisões em ordens "juridicamente" fixadas e cristalizadas ao invés de superar as divisões em grupos: a multiplicação das escolas profissionais, cada vez mais especializadas desde o início da carreira escolar, é uma das mais evidentes manifestações desta tendência.

A respeito do dogmatismo e do criticismo-historicismo nas escolas elementar e média, deve-se observar que a nova pedagogia quis destruir o dogmatismo precisamente no campo da instrução, da aprendizagem de noções concretas, isto é, precisamente no campo em que um certo dogmatismo é praticamente imprescindível, somente podendo ser reabsorvido e dissolvido no inteiro ciclo do curso escolar (é impossível ensinar a gramática histórica na escola primária e no ginásio); mas ela é obrigada a ver introduzido o dogmatismo por excelência, posteriormente, no campo do pensamento religioso e a ver descrita, implicitamente, toda a história da filosofia como uma sucessão de loucuras e de delírios. No ensino da filosofia, o novo curso pedagógico (pelo menos

para aqueles alunos, a esmagadora maioria, que não recebem ajuda intelectual fora da escola, na família ou no ambiente familiar, e devem-se formar tão-somente com as indicações que recebem nas aulas) empobrece o ensino, rebaixando-lhe praticamente o nível, ainda que racionalmente pareça belíssimo, de um belíssimo utopismo. A filosofia descritiva tradicional, reforçada por um curso de história da filosofia e pela leitura de um certo número de filósofos, parece ser praticamente a melhor coisa. A filosofia descritiva e definidora pode ser uma abstração dogmática, como a gramática e a matemática, mas é uma necessidade pedagógica e didática.  $1 = 1$  é uma abstração, mas ninguém é levado por isso a pensar que 1 mosca é igual a 1 elefante. Também as regras da lógica formal são abstrações do mesmo gênero, são uma gramática do pensar normal; não obstante, é necessário estudá-las, pois não são algo inato, devendo ser adquiridas mediante o trabalho e a reflexão. O novo curso pressupõe que a lógica formal seja algo que já se possui quando se pensa, mas não explica como ela deva ser adquirida; praticamente, portanto, ela é suposta como sendo inata. A lógica formal é como a gramática: é assimilada de um modo "vivo" mesmo que a aprendizagem tenha sido necessariamente esquemática e abstrata, já que o discente não é um disco de vitrola, não é um recipiente passivamente mecânico, ainda que a convencionalidade litúrgica dos exames assim o faça aparecer por vezes. A relação de tais esquemas educativos com o espírito infantil é sempre ativa e criadora, como ativa e criadora é a relação entre o operário e seus utensílios de trabalho; também um sistema de medição é um conjunto de abstrações, mas é impossível produzir objetos reais sem a medição, objetos reais que são relações sociais e que contêm idéias implícitas.

A criança que quebra a cabeça com os *barbara* e *baralipon* fatiga-se, certamente, e deve-se procurar fazer com que ela só se fatigue quando for indispensável e não inutilmente; mas é igualmente certo que será sempre necessário que ela se fatigue a fim de aprender e que se obrigue a privações e limitações de movimento físico, isto é, que se submeta a um tirocínio psicofísico. Deve-se convencer a muita gente que o estudo é também um trabalho, e muito fatigante,

com um tirocínio particular próprio, não só muscular-nervoso mas intelectual: é um processo de adaptação, é um hábito adquirido com esforço, aborrecimento e mesmo sofrimento. A participação das mais amplas massas na escola média leva consigo a tendência a afrouxar a disciplina do estudo, a provocar "facilidades". Muitos pensam, inclusive, que as dificuldades são artificiais, já que estão habituados a só considerar como trabalho e fadiga o trabalho manual. A questão é complexa. Por certo, a criança de uma família tradicional de intelectuais supera mais facilmente "o processo de adaptação psicofísico; quando entra na classe pela primeira vez, já tem vários pontos de vantagem sobre seus colegas, possui uma orientação já adquirida por hábitos familiares: concentra a atenção com mais facilidade, pois tem o hábito da contenção física etc. Do mesmo modo, o filho de um operário urbano sofre menos quando entra na fábrica do que um filho de camponeses ou do que um jovem camponês já desenvolvido pela vida rural. Também o regime alimentar tem importância etc., etc. Eis porque muitas pessoas do povo pensam que, nas dificuldades do estudo, exista um "truque" contra elas (quando não pensam que são estúpidos por natureza): vêm o senhor (e para muitos, especialmente no campo, senhor quer dizer intelectual) realizar com desenvoltura e aparente facilidade o trabalho que custa aos seus filhos lágrimas e sangue, e pensam que exista algum "truque". Numa nova situação, estas questões podem se tornar muito áspersas e será preciso resistir à tendência a tornar fácil o que não pode se-lo sem ser desnaturado. Se se quiser criar uma nova camada de intelectuais, chegando às mais altas especializações, própria de um grupo social que tradicionalmente não desenvolveu as aptidões adequadas, será preciso superar dificuldades inauditas.